

GRUPO II

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

A Tortura como grave violação de direitos humanos e como crime internacional – confluências e divergências entre os regimes de responsabilidade internacional do Estado e de responsabilidade individual penal derivada do direito internacional.

Examine

(a) Tortura na fórmula do art. 5.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (“tortura” e “tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante”), reproduzida no art. 3.º da Convenção Europeia de Direitos Humanos (sem a expressão “cruel”), no art. 7.º do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, no art. 5.º da Convenção Americana de Direitos Humanos e no art. 5.º da Convenção Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;

(b) Tortura nas definições do art. 1.º da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984 e do art. 2.º da Convenção Interamericana contra a Tortura de 1985;

(c) Violação da proibição da tortura como violação de direitos humanos e seus consectários na responsabilidade internacional do Estado, enfrentando os seguintes aspectos:

- i) conceito de responsabilidade internacional do Estado;
- ii) obrigações primárias decorrentes da proibição da tortura;
- iii) modalidades de atribuição do ilícito ao Estado: atos de agentes e órgãos do Estado, atos de particulares;

GRUPO II

iv) obrigações secundárias decorrentes da violação da proibição da tortura: descontinuação, não repetição, reparação (restituição, indenização e satisfação) e dever de perseguir (“duty to prosecute”);

v) monitoramento: funções dos órgãos respectivos dos diversos tratados que cuidam de proibir a tortura e seus instrumentos de trabalho;

vi) o problema da “tortura sistemática” (art. 20 da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984), especial gravidade e políticas para sua superação.

(d) Violação da proibição da tortura como crime internacional, enfrentando os seguintes aspectos:

i) conceito de crime internacional e de crime de *ius cogens*;

ii) responsabilidade individual penal derivada do direito internacional;

iii) implementação direta e indireta (“*direct and indirect enforcement*”) das normas penais internacionais;

iv) finalidade da sanção penal internacional (retribuição e prevenção – sua efetividade no plano das relações internacionais);

v) tipo internacional da tortura: caráter convencional ou consuetudinário; caráter de crime de *ius cogens*?

vi) elementos do tipo internacional da tortura;

vii) tortura como crime próprio?

viii) tortura como crime contra a humanidade e como crime de guerra.

(e) Relação entre responsabilidade internacional do Estado e responsabilidade penal individual derivada do direito internacional: conjunção e disjunção da posição do Estado e do indivíduo no caso de violação da proibição da tortura.

Para cada item acima [(a), (b), (c), (d) e (e)] será atribuído 20% da pontuação total da redação.

GRUPO II

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Quais são as diferenças entre a imunidade diplomática e a imunidade consular? **(máx. 10 linhas)**.
2. O que são reservas a cláusulas de tratados? Qual o procedimento para sua oposição? Estados que opõem reservas não aceitas por outros podem manter-se parte do tratado? Quais são as relações entre Estados que opõem reservas e os que as rejeitam? **(máx. 10 linhas)**.
3. Qual é a diferença entre a carta rogatória e o auxílio direto, na assistência jurídica mútua em matéria penal? **(máx. 10 linhas)**.
4. Quais são as funções do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI) do Ministério da Justiça, como autoridade central na assistência jurídica mútua? Em que hipóteses o Ministério Público Federal funciona como autoridade central e quais são suas atribuições nesse âmbito? **(máx. 10 linhas)**.
5. Membro do Ministério Público Federal tem legitimidade para recorrer a órgãos de monitoramento de tratados internacionais de direitos humanos? Exemplifique e justifique sua posição à luz das atribuições constitucionais do *parquet* e de sua posição institucional no Estado brasileiro. **(máx. 10 linhas)**.

GRUPO II

6. Povos indígenas são sujeitos de direito internacional? Fundamente sua posição à luz da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e da Declaração da ONU sobre os direitos dos povos indígenas. **(máx. 10 linhas)**.